Detalhe de Oferta de Emprego

Código da Oferta: OE202503/0847

Tipo Oferta: Procedimento Concursal para Cargos de Direção

Estado: Ativa

Nível Orgânico: Ministério da Educação, Ciência e Inovação

Organismo: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.

Regime: Cargos não inseridos em carreiras

Cargo: Direção Intermédia de 2º grau

Área de Actuação: A área de atuação terá por referência o constante da Deliberação n.º 138/2017, de 24 de fevereiro, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 40, de 24 de fevereiro de 2017, bem como as competências previstas no n.º 2 do artigo 8.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro.

Remuneração: 2867,27

Suplemento Mensal: 213.67 EUR

Conteúdo Funcional: A DOAI constitui uma unidade orgânica flexível, com as suas funções e atribuições definidas na Deliberação n.º 138/2017, de 24 de fevereiro, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 40, de 24 de fevereiro de 2017.

Habilitação Literária: Licenciatura

Descrição da Habilitação: Licenciatura não especificada

Perfil:

- a) Uma licenciatura;
- b) Experiência comprovada nas áreas de atuação do cargo a concurso, de acordo com a al. a) n.º 3 da Deliberação 138/2017, de 24 de fevereiro;
- c) Competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção e coordenação;
- d) Experiência e formação profissional nas áreas funcionais do cargo a prover;
- e) Facilidade de comunicação;
- f) Capacidade de trabalhar em equipa.

Métodos de Selecção a Utilizar:

- a) Avaliação Curricular;
- b) Entrevista Pública.

Composição do Júri: O presidente do júri, Luís Miguel Correia Ascensão, Diretor do Departamento de Apoio às Instituições da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.; Primeira vogal efetiva, Maria Filomena Pereira de Oliveira, Subdiretora-Geral da Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência. Segunda vogal efetiva, Maria Manuela Simões Aparício da Costa, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação, NOVA IMS - Information Management School, Universidade Nova de Lisboa.

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.	1	Avenida Dom Carlos I, n.º 126 - 1.º andar	Lisboa	1249074 LISBOA	Lisboa	Lisboa

Total Postos de Trabalho: 1

Requisitos Legais de Provimento: A- Os constantes do n.º 1 do art.º 20º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

Requisitos de Nacionalidade: Não

Jornal Oficial/Orgão de Comunicação Social: Jornal Público

Apresentação de Candidaturas

Local: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., Av. D. Carlos I, n.º 126, 1249-074 Lisboa

Formalização da Candidatura: As candidaturas serão apresentadas até ao termo do prazo de dez dias úteis contados a partir da publicação do aviso de abertura na BEP, em <https://www.bep.gov.pt/>. A candidatura é exclusivamente formalizada através da submissão de formulário on-line, disponível no site da FCT, em <https://www.fct.pt/sobre/recrutamento-aquisicao-de-servicos-e-parcerias/recrutamento/>, até ao final do prazo para apresentação de candidaturas, devendo ser acompanhado, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

- Curriculum Vitæ detalhado, atualizado, datado e assinado;
- Cópia do certificado de habilitações;
- Cópia dos documentos comprovativos das ações de formação frequentadas, efetuadas nos últimos três anos, a contar da data da abertura do procedimento concursal, que digam respeito às áreas de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com as exigências e as competências necessárias ao posto de trabalho a preencher;
- Declaração, atualizada e autenticada, com data posterior ao aviso de abertura, emitida pelo organismo público de origem ao qual o/a candidato/a está vinculado/a, da qual constem a modalidade de relação jurídica de emprego público que detém, a carreira e categoria profissional onde está integrado/a, bem como o tempo de serviço na carreira/categoria e na AP;
- Declaração emitida e autenticada pelo organismo público onde exerce funções, com data posterior ao aviso de abertura, com a descrição das funções que exerce;
- Outros documentos do Curriculum Vitæ, que sejam considerados adequados para apreciação do mérito e experiência profissionais.

Contacto: dgrh@fct.pt

Data de Publicação 2025-03-24

Data Limite: 2025-04-07

- Observações Gerais:**
- Nos termos do disposto nos artigos 20.º e 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, torna-se público que se encontra aberto, por um período de 10 dias úteis a contar da data da publicitação na Bolsa de Emprego Público (BEP), com a indicação dos requisitos formais de provimento, do perfil exigido, tal qual se encontra caracterizado no mapa de pessoal, da composição do júri e dos métodos de seleção, nos termos previstos no n.º 2, do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, o procedimento concursal com vista ao recrutamento para o cargo de direção intermédia de 2.º grau, para a Divisão Operacional de Apoio às Instituições (DOAI). A DOAI constitui uma unidade orgânica flexível, com as suas funções e atribuições definidas na Deliberação n.º 138/2017, de 24 de fevereiro, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 40, de 24 de fevereiro de 2017.
 - As funções referentes ao cargo a prover serão exercidas na sede da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (FCT), sita na Avenida D. Carlos I, 126, em Lisboa.
 - O recrutamento é efetuado “de entre trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado, licenciados, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo” que reúnam “quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura”, tal como previsto no n.º 1, do artigo 20.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro.
A área de atuação terá por referência o constante da Deliberação n.º 138/2017, de 24 de fevereiro, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 40, de 24 de fevereiro de 2017, bem como as competências previstas no n.º 2 do artigo 8.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro.
 - Os requisitos legais de admissão são os constantes no n.º 1 do artigo 20.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro.
 - Para ocupação do cargo de direção intermédia referido no número 1 do presente aviso, os candidatos devem possuir o seguinte perfil:
 - Uma licenciatura;
 - Experiência comprovada nas áreas de atuação do cargo a concurso, de acordo com a al. a) n.º 3 da Deliberação 138/2017, de 24 de fevereiro;
 - Competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção e coordenação;
 - Experiência e formação profissional nas áreas funcionais do cargo a prover;
 - Facilidade de comunicação;
 - Capacidade de trabalhar em equipa.
 - Os métodos de seleção adotados são os seguintes:
 - Avaliação Curricular;
 - Entrevista Pública.
 - Na formalização das candidaturas devem ser observados os seguintes requisitos:
As candidaturas serão apresentadas até ao termo do prazo de dez dias úteis contados a partir da publicação do aviso de abertura na BEP, em <https://www.bep.gov.pt/>. A candidatura é exclusivamente formalizada através da submissão de formulário on-line, disponível no site da FCT, em Recrutamento - FCT, <https://www.fct.pt/sobre/recrutamento->

aquisicao-de-servicos-e-parcerias/recrutamento/, até ao final do prazo para apresentação de candidaturas, devendo ser acompanhado, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

- a) Curriculum Vitæ detalhado, atualizado, datado e assinado;
- b) Cópia do certificado de habilitações;
- c) Cópia dos documentos comprovativos das ações de formação frequentadas, efetuadas nos últimos três anos, a contar da data da abertura do procedimento concursal, que digam respeito às áreas de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com as exigências e as competências necessárias ao posto de trabalho a preencher;
- d) Declaração, atualizada e autenticada, com data posterior ao aviso de abertura, emitida pelo organismo público de origem ao qual o/a candidato/a está vinculado/a, da qual constem a modalidade de relação jurídica de emprego público que detém, a carreira e categoria profissional onde está integrado/a, bem como o tempo de serviço na carreira/categoria e na AP;
- e) Declaração emitida e autenticada pelo organismo público onde exerce funções, com data posterior ao aviso de abertura, com a descrição das funções que exerce;
- f) Outros documentos do Curriculum Vitæ, que sejam considerados adequados para apreciação do mérito e experiência profissionais;

7. O júri pode exigir a qualquer candidato/a e aos respetivos organismos públicos outros elementos que considere necessários à avaliação e validação que realiza.

8. Serão excluídos do procedimento concursal os candidatos que:

- a) Não reúnam os requisitos legais;
- b) Não apresentem a candidatura na forma e prazo indicados;
- c) Não apresentem os documentos referidos no ponto 6 ou aqueles que vierem a ser solicitados pelo júri;
- d) Não obtenham avaliação positiva na avaliação curricular;
- e) Não compareçam à entrevista pública;
- f) Prestem falsas declarações.

9. As notificações e a publicitação da decisão final serão efetuadas, nos termos do Código de Procedimento Administrativo, e por mensagem de correio eletrónico.

10. O júri tem a seguinte composição:

- a) O presidente do júri, Luís Miguel Correia Ascensão, Diretor do Departamento de Apoio às Instituições da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.;
- b) A primeira vogal efetiva, Maria Filomena Pereira de Oliveira, Subdiretora-Geral da Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.
- c) A segunda vogal efetiva, Maria Manuela Simões Aparício da Costa, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação, NOVA IMS — Information Management School, Universidade Nova de Lisboa.

11. Os/As candidatos/as serão notificados/as do resultado do procedimento concursal, não havendo lugar a audiência dos/as interessados/as, conforme previsto no n.º 13 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação.